

De novo, o caos partidário

O Brasil vive oscilando num dilema partidário: plena liberdade de organização ou restrições legais?

É que não temos fortes tradições partidárias. Os modelos europeus e norte-americanos, de partidos de massas ou de quadros, nunca se enraizaram aqui. São mais assunto de debate acadêmico.

Os partidos continuam tendo donos, ciosos proprietários privados, mesmo os que se dizem inovadores ou sejam até novos. Pouco importa. Não se supera facilmente uma herança.

Daí a proliferação de treze partidos, quando foram todos dissolvidos pelo Ato Institucional nº 2 em 1965, e a posterior tentativa de reagrupá-los em apenas dois. Perdeu-se ali a possibilidade de experimentar, pelo menos, o partido único de fato, embora permitindo de direito um pluralismo minipartidário, à maneira do México. Mas não tínhamos reforma agrária, no passado, para atrair os eleitores, nem petróleo no futuro, para fixá-los.

Resultado: houve inclusive quem fosse mandado para o MDB e depois chamado de volta, como se estivessem ao dispor dos caprichos dos poderosos do dia. Por que deveriam retornar, se tinham ido sem querer, mas acabaram faturando o prestígio opositorista?

Então, inventou-se a fórmula que a Oposição podia tudo, exceto ganhar o poder, exceto onde ela tivesse sido fabricada (caso do Rio de Janeiro). Só faltou generalizar um pouco mais para outros estados. Em vez disto, repetiu-se outro erro.

Finalmente: bem ou mal a Oposição implodiu em Oposições, passando a corresponder, de público, ao que sempre houvera por trás dos bastidores. Apesar de buscar-se reduzir o perigo do estilhaçamento mediante as exigências eleitorais de cinco por cento da votação nacional e três por cento em sete estados.

Mesmo assim, eis que já temos sete partidos: PDS, PMDB, PP, PDT, PTB, PT e PDR. Se não quisermos levar em conta mais quatro que se pretendem comunistas: PCB, PC do B, CBR e MR-8. Isto é, nada menos de onze nesta altura de um campeonato que apenas começa...

Se houver facilidade, eles serão mais numerosos que em 1963...

Mas, admitamos, que permaneça a legislação atual, por cima de todas as pressões. Quais partidos sobreviverão?

Com certeza, por enquanto, somente três, naturalmente os maiores: PDS, PMDB e PP. Quanto aos outros, o PT aparece com chances, enquanto se esvaziam o PDT e o PTB, e o PDR nem começa a existir na prática de arregimentação.

É que o PDT tem força quase apenas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Mato Grosso do Sul e Santa Catarina não passam de incógnitas e com

pouco peso eleitoral.

Com a retirada de vários parlamentares e candidatos do PDT de Pernambuco, Brizola vai ter de optar entre o Rio Grande e o Rio de Janeiro. Se fica num, entrega o outro ao PMDB... E se perder, ambos se evaporam...

A única saída seria, ou será, aceitar o desafio do tempo. Plantar para colher, não apenas votos como também sua fonte, opinião, através de cursos e publicações. A incógnita que resta: terão paciência os seus e os outros líderes, num ambiente de partidos dependendo de uma personalidade?

A questão apresenta-se vital.

Do contrário, os atuais partidos não suportarão duas eleições nacionais sucessivas. Na terceira estarão reduzidos a frangalhos, e sumirão à medida em que também se tornem pequenos partidos, embora dando margem ao aparecimento de outros, mais num círculo vicioso que numa evolução. E se admitirmos que os partidos são a base da democracia representativa, então viveremos uma total instabilidade.

Por outro lado, pelo menos um partido pequeno dispõe de aparentes condições de sobrevivência, se persistirem os parâmetros do momento: o PT. Ele está tentando vir de baixo para cima, sem pressa, o melhor caminho.

O que não impede a permanência do problema do personalismo do seu próprio líder, ou líderes, nem dispensa a necessidade básica de treinamento dos seus quadros. Igualmente o PT precisará de imprensa periódica própria, editora e cursos.

O caminho democrático é longo, muito longo. É cheio de altos e baixos. O principal consiste em não se quebrar o itinerário, com rupturas institucionais. Nada de golpes de Estado. O melhor remédio para a democracia é mais democracia, já o disse Willy Brant.

Só que os partidos brasileiros se arriscam a desmentir a tese de Kelsen sobre a sua vinculação com a democracia. O brasilianista Alfred Stepan, da Universidade de Yale, levantou há pouco a possibilidade doutros grupos sociais mediarem a nova democracia do Brasil, à maneira do que vem acontecendo em diversos países do Terceiro Mundo: sindicatos, comunidades de base, associações de bairro etc.

Os partidos brasileiros têm, portanto, de cerrar fileiras, criar lealdades, gerar ideologias expressando interesses concretos, se quiserem que a nossa democracia seja parecida com a do chamado Primeiro Mundo, o bloco liberal representativo.

Senão dificilmente se salvarão, na hipótese otimista de verem-se substituídos por outras organizações intermediárias ou na pessimista de golpes em cima de golpes, ao modo dos nossos vizinhos, de quem desejamos e nem sempre conseguimos ser diferentes.